



COM A FORÇA DA JUVENTUDE,
SINDICALIZAR E LUTAR POR MELHORES
CONDIÇÕES DE TRABALHO

7 de Novembro | Auditório do STEC

CARTA REIVINDICATIVA DOS JOVENS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

Introdução

A juventude Trabalhadora é alvo de uma contínua e prolongada ofensiva do capital contra os seus direitos. Uma ofensiva que, atacando os salários e o poder de compra dos trabalhadores, comprometendo a segurança e a estabilidade através da promoção e manutenção da precariedade e da imposição de cada vez mais longos e desregulados horários de trabalho, tem privado a juventude de aspirar e concretizar os seus objectivos e projectos de vida e de trabalho, tem adiado e condicionado a emancipação de cada vez mais jovens trabalhadores.

Estes ataques às condições de vida e de trabalho dos jovens não está desligado, muito pelo contrário, da acção de sucessivos governos que, compactuando com os interesses do patronato, tem criado as condições necessárias para o seu desenvolvimento e aprofundamento. Seja ao recusar-se a reverter as normas gravosas na legislação laboral, ao não dar resposta àquelas que são as reivindicações pelas quais a juventude trabalhadora tem lutado nos seus locais de trabalho e na rua, ou até mesmo mantendo o caminho de desvalorização dos serviços públicos e funções sociais do estado.

Mais do que nunca, é necessário um novo rumo para o nosso país. É necessário romper com o caminho da política de direita protagonizado pelo PS, PSD, CDS-PP e seus sucedâneos. É necessário romper com as injustiças na distribuição da riqueza, que cava cada vez mais fundo a foça entre aqueles que cada vez mais têm e aqueles que cada vez menos têm. É necessária uma política alternativa para Portugal, assente no direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, assente na valorização dos trabalhadores e da juventude, assente nas conquistas, nos valores e projecto de Abril.

A luta dos jovens trabalhadores, a sua unidade, é essencial para a conquista e concretização desta alternativa, é essencial para a transformação não só da sua realidade concreta, mas também de toda a realidade no nosso país. Os quatros anos que passaram desde da realização da última conferência distrital da Interjovem/Lisboa confirmam que com a organização e a luta dos jovens é possível aumentar salários, reduzir horários de trabalho, rejeitar bancos de horas, defender o emprego, combater a precariedade e passar aos quadros milhares de trabalhadores que tinham vínculos precários, é possível remar contra a maré e, num quadro de resistência, avançar.

“Com a Força da Juventude, Sindicalizar e Lutar por Melhores Condições de Trabalho” é o lema que os jovens trabalhadores fazem seu, assumindo na sua IX Conferencia Distrital como prioridade da sua acção o reforço da organização sindical de base, com a eleição de mais jovens como delegados sindicais, contribuir para o desenvolvimento da campanha de sindicalização, em articulação com a acção reivindicativa e intervenção nos locais de trabalho. Elevar o nível da luta que é preciso continuar a travar para obrigar o Governo e o patronato a responder positivamente às seguintes reivindicações.

1. O Aumento Geral e Significativo dos Salários - Para a valorização e emancipação da Juventude Trabalhadora:

Num quadro marcado pela subida do custo de vida, dos bens e serviços essenciais, pelos impactos que a especulação imobiliária tem no condicionamento do acesso a habitação e do aumento da acumulação

e concentração de riqueza nos maiores grupos económicos e financeiros do país, o aumento geral e significativo dos salários apresenta-se como uma reivindicação não apenas justa, mas urgente e necessária.

Justa, no sentido em que são os trabalhadores que produzem a riqueza e que, por essa razão, urge garantir a sua redistribuição de forma a salvaguardar o poder de compra dos jovens, de forma a garantir as condições para a construção de uma vida com dignidade e qualidade.

Urgente, pois à medida que se vão agravando as desigualdades sociais, à medida que os ricos vão ficando cada vez mais ricos, os jovens trabalhadores vêm-se cada vez mais numa situação de empobrecimento, a incapacidade de muitos de concretizar as suas aspirações e projetos de vida e de trabalho vai dando lugar ao défice demográfico, à emigração e, por consequência, à falta de trabalhadores qualificados que comprometem o desenvolvimento do país.

Necessário, pois de igual forma é necessário dinamizar a economia através do mercado interno dependente da capacidade aquisitiva dos trabalhadores. A necessidade de recuperar e elevar o poder de compra é especialmente importante para as micro, pequenas e médias empresas.

Não há outra forma de valorizar a juventude trabalhadora. Os salários têm mesmo de aumentar. Assim, propomos:

- ▶ O Aumento Geral dos Salários em pelo menos 15%, não inferior a 150€, para repor o poder de compra, fixar no país aqueles que ao país fazem falta, que aqui querem viver e trabalhar em condições dignas e com qualidade;
- ▶ A fixação do Salário Mínimo Nacional nos 1000€, em 2025, aproximando o SMN da retribuição necessária á garantia de uma vida digna, em Portugal;
- ▶ Revogar as normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente, a norma da caducidade das convenções colectivas e reintroduzir o princípio mais favorável ao trabalhador em pleno, pois são factores essenciais para o aumento geral de todos os salários e para melhorar as condições de vida e de trabalho dos jovens trabalhadores.

2. O Fim da Precariedade - Pelo direito da Juventude a aspirar um futuro para si, com estabilidade:

A precariedade é um ataque ao direito constitucional ao trabalho com direitos e à segurança no emprego, é um flagelo sócio-económico com impactos severos na vida dos jovens. Contribui para o adiamento de importantes decisões de vida, condiciona a conquista da independência e emancipação da juventude trabalhadora e ainda serve de barreira à concretização de objetivos profissionais, através da falta de evolução ou de aquisição de mais e novos conhecimentos nas profissões.

Os contratos a termo e os falsos recibos verde continuam a ser as formas mais comuns de precariedade laboral entre os jovens trabalhadores a que se somam, também, os estágios profissionais e o trabalho em regime de subcontratação. A prática destes diferentes regimes visa fragilizar ainda mais a posição do trabalhador na relação de trabalho. Desde logo porque serve para pagar salários significativamente mais baixos face aos trabalhadores com vínculos permanentes e constitui a principal causa de desemprego com baixíssima taxa de cobertura da proteção social dada a insuficiência e irregularidade dos descontos destes trabalhadores.

Além disto, a precariedade laboral serve ainda um propósito de facilitador de pressões e chantagens por parte dos patrões sobre os jovens trabalhadores que, estando sujeitos a uma situação de constante incerteza, vêm mais condicionadas a sua participação e intervenção sindical no seu local de trabalho.

Neste quadro, exigimos:

- ▶ O combate a todas as formas de precariedade laboral, a regularização dos vínculos precários dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes em todos os sectores e a aplicação do vínculo público de nomeação na Administração Pública;
- ▶ A criação de emprego com direitos como política do Estado, incluindo o investimento feito com recurso a fundos europeus, o que implica manter e efectivar a proibição de contratação a prazo com apoios públicos, o fim dos abusos e rotatividade nos estágios, o fim da utilização dos Contratos Emprego-Inserção ou de medidas semelhantes para substituir empregos permanentes na Administração Pública e na chamada economia social, com fiscalização efectiva e sancionamento do seu uso abusivo;
- ▶ Um sistema de fiscalização que assegure uma actuação contínua contra a utilização abusiva da contratação a termo e de todas as formas ilegais de contratação, e a articulação e intervenção conjugada e permanente das inspecções do trabalho, da segurança social e da Autoridade Tributária, com orientações claras para a protecção dos trabalhadores e cumprimento dos seus direitos;
- ▶ A valorização das carreiras profissionais em conjugação com a obtenção de qualificações, com reflexos nos salários e nas progressões ao longo da vida de trabalho;
- ▶ A melhoria das condições de Segurança e Saúde no Trabalho, o aumento da eficácia no combate aos riscos profissionais, tendo também em conta o nível actual de desenvolvimento tecnológico, o surgimento de novos perigos associados ao trabalho, garantindo níveis superiores de prevenção e protecção face aos acidentes e às doenças profissionais.

3. A Redução e Regulamentação dos Horários de Trabalho – Para Devolver à Juventude Trabalhadora o Tempo para ser Jovem:

Portugal é um dos cinco países da União Europeia onde a duração do trabalho é mais elevada. Apesar dos progressos da ciência e da técnica que permitem produzir mais em menos tempo e criar as condições para reduzir o tempo de trabalho para que os trabalhadores possam dedicar mais tempo à família, ao lazer e à vida social, as opções políticas, comandadas pelos interesses de quem explora, estão a inviabilizar esta redução. Reduzir o período normal de trabalho para as 35 horas semanais sem redução de salário é o avanço civilizacional justo, possível e necessário em pleno século XXI.

Urge reforçar o combate à ofensiva que procura o prolongamento do período normal de trabalho por via de horas não pagas, desregulação dos horários e informalidades. Conciliar trabalho e vida familiar e pessoal é cada vez mais difícil para os jovens, tendo em conta a completa desregulação dos horários e o profundo desequilíbrio entre tempos de trabalho e tempos de não trabalho. O trabalho está a ocupar uma fatia cada vez mais desproporcionada da vida da juventude trabalhadora, tanto mais se contabilizarmos o total das horas trabalhadas por aqueles, que pela insuficiência dos salários, se vêem obrigados a assumir um segundo emprego.

O impacto negativo da desregulação dos horários de trabalho na saúde e segurança dos trabalhadores é significativo. O trabalho por turnos, o trabalho nocturno, a intensificação dos ritmos de trabalho e outras formas de organização do tempo de trabalho que interferem com os normais ritmos biológicos do ser humano, afectam negativamente o sono, a alimentação e outras componentes fisiológicas e, conseqüentemente, a saúde dos trabalhadores, bem como a sua vida social e familiar. Está mais que provado que os trabalhadores que laboram nestes regimes enfrentam um maior número de problemas de saúde, doenças profissionais e acidentes de trabalho.

A juventude trabalhadora não pode continuar a ver roubados os melhores anos das suas vidas. Desta forma, reivindicamos:

- ▶ A instituição do período normal de trabalho máximo de 35 horas semanais para todos os trabalhadores sem redução de retribuição;
- ▶ A revogação de todos os regimes de adaptabilidade, de bancos de horas e de horários concentrados previstos no Código do Trabalho;
- ▶ A limitação dos regimes de trabalho nocturno, trabalho por turnos e laboração contínua a actividades caracterizadas pela necessidade de assegurar a continuidade do serviço ou produção;
- ▶ A reposição e melhoria do valor do acréscimo remuneratório por prestação de trabalho suplementar, definido como todo o trabalho realizado fora do horário de trabalho contratual, prestado em dia útil, em dia de descanso semanal obrigatório ou complementar e em dia feriado;
- ▶ A instituição de um limite máximo de duração do trabalho por turnos e nocturno, que garanta ao trabalhador o direito de não prestar trabalho nestes regimes durante toda a sua vida activa;
- ▶ A garantia de dois dias de descanso semanal consecutivo, em regra sábado e domingo.

4. Defender e Reforçar os Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado – Defender Abril e as Conquistas da Luta dos Trabalhadores:

À falta de investimento e subfinanciamento dos serviços públicos, em Portugal, cresce o ataque e a desvalorização dos trabalhadores que os asseguram todos os dias. Sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP, alinhados com os interesses dos grandes grupos económicos e aproveitando as políticas da UE para justificar as suas opções políticas, têm transferido crescentes recursos necessários ao bom funcionamento dos serviços de forma a aprofundar a sua dependência e abrindo espaço ao negócio privado, contrário aos interesses públicos.

A saúde, a educação, a segurança social e a habitação são direitos fundamentais inalienáveis de qualquer jovem no nosso país, e tal é fruto de uma histórica e prolongada luta pela sua consagração na constituição da república portuguesa e consecutiva concretização. Cabe ao Estado assegurar a todos estes direitos e, como tal, o caminho da sua transformação em negócio por parte do interesse privado seria catastrófico para todos aqueles que, independentemente da sua condição socioeconómica, os quiserem exercer.

Assim, é necessário:

- ▶ Salvar o Serviço Nacional de Saúde, enquanto meio indispensável para continuar a assegurar cuidados de saúde universais e integrados. Valorizando os salários e as carreiras dos seus profissionais, dotando-os dos meios materiais e humanos para dar resposta às necessidades das populações e dos utentes.
- ▶ Valorizar a Escola Pública, gratuita, democrática e de qualidade. Valorizando os trabalhadores docentes, não-docentes e investigadores. Garantindo a efetiva igualdade de oportunidades, o que exige um maior investimento na educação.
- ▶ Garantir o Sistema Público de Segurança Social Universal e Solidário, enquanto função social do Estado, rejeitando qualquer tentativa de privatização da sua gestão;
- ▶ Concretizar o Direito à Habitação, através da definição de políticas e investimento público, que reduzam os custos das rendas e juros no acesso à habitação, por forma a garantir à juventude o acesso a este direito constitucional.